ANO 5.º

Sexta-feira, 14 de Fevereiro de 1913

NUMERO 259

O DEMOCRATA (AVENÇA)

SEMANÁRIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)

Ano (Portugal e colónias)	1$200 réis
Semestre	600 réis
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte	2$500 réis
Avulso	20 réis

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 54

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO

Propriedade da Emprêsa do DEMOCRATA

Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

A situação de Portugal

—=((*))=—

São do importante jornal inglês *Daily Citizen* os seguintes trechos dum longo artigo sobre o nosso país e que de algum modo nos enchem de orgulho por vêrmos que ainda lá fóra existe quem faça justiça aos intuitos dos homens da Republica, patriotas e de caracter:

«Ha algumas semanas que recrudesceram os boatos sobre Portugal. Simultaneamente com cértos rumores, mais ou menos inquietadores, ácêrca da posição financeira da Republica Portuguêsa, apareceram de novo as historias sobre as maquinações dos monarquistas e sobre a desunião reinante entre os republicanos. Os temores em relação á solidez das finanças de Portugal foram rapidamente dissipados pelos desmentidos perentorios dimanados dos circulos competentes e imparciaes de Londres e de Paris, que se apressaram em declarar que não havia motivo algum para recear uma crise capaz de comprometer a segurança dos portadores dos titulos portuguêses. Mas as duvidas sobre a situação politica não estão ainda resolvidas, embora noticias ulteriores tragam a certeza de que reina paz, a mais completa, em todo o territorio da Republica.

Depois de um inquerito demorado e cauteloso sobre toda a questão portuguêsa, julgâmo-nos habilitados a informar o publico, dando-lhe elementos seguros para pronunciar um juizo definitivo sobre a situação de um país que, por tantos motivos, interessa profundamente á Inglaterra. Abordêmos em primeiro logar a questão financeira.

Portugal está em uma posição financeira pessima e outra coisa seria impossivel, a menos que, com a revolução, não houvésse coincidido um milagre, coisa muito improvavel em nossos dias. Conversando com um eminente financeiro da City, que tem enormes interess em Portugal e que acompanha a marcha dos negocios daquêle país com o auxilio de fontes de informações magnificas, êle nos dizia que para absolver os republicanos de muitos erros, que porventura tenham cometido, basta considerar que a êles se deve Portugal ter escapado da bancarota. No antigo regimen as finanças portuguêsas eram administradas com inepcia e com deshonestidade. Seria injusto fazer acusações pessoaes ou dizer que todos os ministros da monarquia defraudavam o tesouro. Muitos o fizéram; todos os que conhecem os negocios portuguêses sabem que ha muitos homens publicos do tempo da monarquia que, tendo entrado pauperrimos para o govêrno, saiam ao cabo de meia duzia de mezes com bôas fortunas. Mas, afóra êsses casos, existia em Portugal até outubro de 1910 um sistêma organisado de desonestidade administrativa que não implicava necessariamente a improbidade interesseira dos ministros. O que havia de deshonesto era a concessão do Estado que tinha sido adaptada como um principio politico por todos os partidos. Ninguem pensava em servir o país com um objetivo patriotico. A classe governante, inteiramente sceptica, não tinha patriotismo nem ideal. Os serviços publicos eram mantidos como meio de proporcionar sinecuras aos membros da aristocracía. Nêsse ambiente de corrução e de preguiça, a antiga nobreza portuguêsa degenerou a ponto de ficar reduzida a uma massa de inuteis, que não podiam viver senão como pensionistas do Estado. Este facto não deve ser esquecido, e sobre êle insistiremos ainda ao tratar das causas da actual agitação reaccionária.

Tendo que manter na ociosidade uma classe relativamente numerosa e vivendo sempre sob a influencia dos peores aventureiros cosmopolitas, Portugal ficou reduzido a uma posição financeira estremamente precária. A divida aumentava incessantemente; a familia real, cuja prodigalidade se tornou famosa na Europa, exigia dos ministros a concessão indebita de adeantamentos, que iam ultrapassando os limites da garantia que as propriedades particulares dos Braganças podiam oferecer como penhor ao Estado. Não existia uma escrituração publica regular e nunca ninguem conseguirá saber ao certo a quanto montam as somas desviadas clandestinamente do tesouro para beneficio da dinastia e dos politicos que a auxiliavam.

A Republica recebeu o país nêsse estado lastimavel. Em vinte e seis mezes, os sucessivos govêrnos que teem administrado a Republica não teem poupado esforços para reduzir as proporções do perigo que os erros acumulados do antigo regimen criaram para Portugal. Pela primeira vez desde alguns seculos que as rendas publicas de Portugal estão sendo cobradas com honestidade. As alfandegas portuguêsas, que eram celebres pela corrução espantosa que nélas reinava, foram purificadas e estão sendo dirigidas de acordo com outros principios da moral administrativa. O govêrno, por outro lado, tem procurado reduzir as despezas; mas nêsse particular os seus esforços teem sido embaraçados pela atitude dos monarquistas, que com a sua agitação teem forçado as autoridades a fazer despezas consideraveis de caracter extraordinario. Os criticos da administração republicana citaram o facto de que a divida fluctuante de Portugal cresceu nêstes ultimos dois anos. Este facto não impressiona, porém, os financeiros que teem interesses em Portugal, porque êles sabem que o aumento constante da divida portuguêsa é um fenomeno antigo decorrente do estado a que o antigo regimen reduziu o país e que seria pueril esperar da Republica uma brusca transformação das condições que tornam êsse crescimento da divida inevitavel. Além disto os financeiros que acompanham atentamente os negocios portuguêses estão convencidos de que o espirito de honestidade e a eficacia que a Republica introduziu na administração das finanças, bem como a melhoria geral das condições do país, graças á supressão do regimen opressivo que a intolerancia clerical e politica mantinha em Portugal, farão com que dentro em algum tempo a situação financeira tenda a melhorar de um modo sensivel. E é por esta razão que, apezar dos boatos alarmantes propalados pelos interessados, a cotação dos titulos portuguêses manteve-se inalteravel.

Mas passemos a tratar da questão politica. Estará a Republica definitivamente consolidada ou será ainda possivel uma restauração monarquica? Diz-se que o representante em Lisboa de uma das grandes potencias, tendo recebido do seu govêrno uma pergunta analoga á que acabâmos de formular, respondeu pela seguinte fórma: ***Não ha hoje em Portugal mil pessoas dispostas a arriscar a vida pela restauração da monarquia. E se, por um milagre, a restauração fôsse feita, seria preciso que um exercito estrangeiro, de cem mil homens, pelo menos, viésse proteger o monarca contra a furia dos seus subditos.*** Néssas palavras está sintetisada a situação politica de Portugal.

. . . .

A contra-revolução, porém, redundou em um fiasco. Os emigrados sabem muito bem que ninguem lhes empresta na Europa mais dinheiro para outra aventura. Comtudo, esses homens, habituados á vida folgada e incapazes de ganhar o pão com o suor do seu rosto, precisam de obter meios de vida por algum modo, seja êle qual fôr. Se os capitalistas europeus, que tivéram a ingenuidade de emprestar em 1911 e em 1912 fundos para as revoluções de opera-comica do capitão Couceiro, apertaram agora resolutamente os cordões das bolsas, parece que os portuguêses residentes no Brazil, e que estão sendo devidamente estimulados por alguns jornaes daquêle país, não fizéram ainda secar a fonte das suas contribuições para a causa perdida da restauração dos Braganças em Portugal. Manter éssa agitação no Brazil, fazer crêr aos portuguêses residentes naquêle país que a situação de Portugal está cada vez peor e que uma contra-revolução é iminente, constitue a base do plano de campanha que os emigrados portuguêses têm de sustentar, afim de impedir que a fome lhes venha bater á porta. É éssa propaganda continuará até que se esgote a credulidade dos portuguêses do Brazil, que generosamente mantém em Paris e em Londres os conspiradores portuguêses. Para mostrar que toda a agitação é feita com o intuito de que éla repercuta no Brazil, animando a fé monarquica dos que contribuem para o sustento dos emigrados, basta dizer que agora se está publicando semanalmente em Paris um panfleto encapado com a bandeira monarquica e que é exportado para o Brazil, onde é distribuido pela colonia portuguêsa.

Outro factor da agitação é o clericalismo europeu que, indignado com a Republica por causa da lei da Separação, está utilisando os jornaes reaccionarios do continente para propalar noticias falsas sobre Portugal.

Mas toda éssa agitação artificial não impressiona aquêles que conhecem de perto os negocios portuguêses e que sabem que, apezar de todas as dificuldades dêste momento critico, Portugal está definitivamante republicanisado, e que com a Republica êle terá de resolver os problemas gravissimos que a inépcia dos politicos da monarquia não soube abordar como era preciso.

A Republica Portuguêsa está consolidada e o dever dos espiritos progressistas da Europa é acompanhar com símpatia os esforços heroicos dos homens que estão procurando apagar os efeitos de muitos anos de pessimo govêrno.»

Relances

Alhos... todos

Grande escarceu contra o capuz dos penitenciários, e escarceu principalmente levantado pelos monarquicos que no tempo da *senhora defunta* tal capuz importáram e fôram apoiando com todas as mãos...

Já de ha muito, e desde a ominosa, que os republicanos o condenávam; e agora, em ocasião oportuna, a Republica desembaraçou-se de mais esse compromisso banindo os infamantes capuzes.

Parece que, depois disto, ou deveriam vir louvôres ou deveria dar-se por um silencio prudente e logico.

Pois o *Dia*, o incomparavel orgão, chama ao facto *a ultima afronta* comentando-o com uns extraordinários comentários do sr. Antonio José de Almeida!

Uns alhos todos, não ha que vêr!

Bem pilhado!

Uns terriveis bandoleiros vinham praticando em França os mais criminosos e estranhos atentádos.

Em roubos, então, a arte com que os executavam excedia a habilidade com que se mantinham numa impunidade ultra-incompreensivel.

Mas não ha bem que sempre dure; e os tribunais conseguiram, alfim, vêr sentados no *banquinho da ordem* alguns dos terriveis *artistas*.

E sobre os audaciosos roubos declaram os *herois* que não eram roubos mas... expropriações individuais...

Que maganões!

Infelicidade

Um dos orgãos monarquicos na capital da Republica achou original e pitorêsco que, num destes dias, fôssem convidados pelos jornais para uma reunião politica, além dos senadores e deputados que apoiam o govêrno, os proprios membros do govêrno.

Mais uma vez foi observador infeliz o tal orgão, que o facto reveládo é apenas... profundamente democratico. O ridiculo com que o orgão pretendeu polvilhá-lo foi todo de recochête para o observador que, por muito que se cance, não observará adeantamentos nem porcarias semelhantes.

E que assim continue a ser infeliz é o que muito ardentemente desejo.

Limpêsa

Continúa o govêrno na sua moralisadôra faina de acabar com desperdicios e abusos.

E' uma das muitas coisas que legitimamente ha a esperar do atual ministério.

Mas, facto interessante e tristemente interessante: o jornal *Republica* não rejubila com tal, antes vem de vez em quando disposto a apepinar semelhante obra de saneamento indispensavel!

Muito póde o odio!...
Mas a limpêsa continúa.

Clemente Morêno

Dr. Sá Couto

—=(*)=—

Chega hoje a Aveiro este brilhante causidico e velho republicano de Oliveira de Azemeis, que, como advogado do nosso director no processo a que âmanhã responde por suposto abuso de liberdade de imprensa, se estreiará no tribunal désta cidade onde o público vai ter ocasião de apreciar o quanto é justificada a fama de que o seu nome anda precedido.

O dr. Sá Couto, com cuja amizade nos honrâmos desde longa data, vem defender-nos porque sabe que defende a Verdade e a Justiça posta, sem mira em quaesquer interesses, ao serviço duma grande causa.

Por isso e só por isso êle se encontrará ao nosso lado no tribunal onde demonstrará, com toda a sinceridade que o caracterisa, a rasão que nos assiste no pleito que ámanhã ali déve ter logar.

CONGRESSO

Na ultima reunião do partido republicano, em Lisboa, pelo Directorio fôram esboçados os principais numeros a seguir quando da realisação do congresso do mesmo partido que nésta cidade se efectuará nos dias 5, 6 e 7 de Abril proximo.

Entre nós, a comissão que para esse fim foi nomeáda deu já principio aos seus trabalhos, que sem dúvida serão penosos e dificeis, visto que o tempo urge e ha imenso por fazer e que fazer.

Aveiro déve nesses dias receber a visita de centenares de cidadãos e de familias que, aproveitando o ensejo dos trabalhos do congresso, virão gosar a belêsa da nossa cidade, o vistôso panorâma que nos cêrca e ainda os encantos sedutôres da nossa ria, onde, está já assente, haverá um grande passeio oferecido aos congressistas, seguido dum jantar de confraternisação republicana.

Preparêmo-nos, como é velho costume nosso, para receber condignamente quantos nos dérem a honra da sua visita, e esforcêmo-nos para que da historica patria de José Estevam, á memoria de quem os nossos visitantes prestarão uma subida homenagem, se levem gratas e afaveis recordações de respeitosa afabilidade e consoladôra hospedágem.

ÁMANHÃ

"O DEMOCRATA,, NO TRIBUNAL

E' ámanhã que déve comparecer no tribunal désta comarca o director do *Democrata*, onde tem de ser julgádo.

Porquê? Porque sômos chamádos aos tribunais? Que crimes praticámos nós?

Apontam-nos, por acaso, algum roubo de sêlos do Estado ou a particulares? alguma *escroquerie*, como o livramento de recrutas a tanto por cabeça? algum abuso cometido no exercicio das nossas funções, como locupletarmo-nos com o dinheiro dos outros, vendendo criminosamente o que a nós não pertence, como, por exemplo, terrenos em Africa, tornando-nos célebres na traficancia? Sômos chamados ali por estármos ricos, tendo roubádo os nossos semelhantes?

Não, senhores. O director do *Democrata* é chamado aos tribunais simplesmente porque, tendo-se traçado uma linha honésta e irrepreensivelmente democrática, não se afasta déla e, assim, castiga, vergálha todas as dissoluções, todos os crimes, todas as baixêsas de caracter, os ataques ás algibeiras do proximo, desmascarando os gafádos do vicio e do crime que tópa no caminho, sempre no intuita alevantado e nobre de melhorar a sociedade, tendo em vista o progresso e o bom nome da Republica para cuja implantação trabalhou denodada e desinteressádamente, sofrendo insultos sem conta, contrariedades e prejuizos sem numero.

E porque ao novo regimen e á sua Patria vota um amôr inexcedivel, tambem não consente que os ultragem, ofuscando-lhes o prestigio, os traficantes de todas as feições, os desonestos de todas as matizes.

Não. Emquanto nos pulsar dentro do peito este coração que nos encorája a batalhar em pról do povo nosso irmão e no engrandecimento do país com a mesma honestidade que temos mantido até aqui, ninguem deterá a nossa marcha, nem peará os nossos passos. Saibam-no todos os criminosos, todos os *escrocs*, todos os devassos, todos os prevaricadores, todos os ladrões.

O nosso silencio não o conseguem nunca nem com os tribunais, nem com as ameaças sejam de que naturêza fôrem, todos aqueles.

Só ha um meio, unico, de nos fazerem calar:—é corrigirem-se, tornando-se cidadãos probos e dignos, não envilecendo nem desonrando este bocado de terra que é berço de todos nós e a quem temos amado até quasi ao ultimo dos sacrificios.

Não podêmos falar bem alto, nós, exercendo uma critica ampla e honésta? Que motivos são capazes de entravar a nossa marcha?

Apontem-nos.

Falâmos, escrevemos, exercêmos a critica dos factos por outro sentimento que não seja um civismo alevantado e limpo?

Digam-no, sem rebuço, mas próvem-no, que nós não os perseguirêmos.

Falâmos de cabeça bem erguida, de olhar bem alto, com a consciencia de quem não déve, chamando ás coisas pelo seu nome?

Sim; falâmos, porque assim manda falar a viciados e criminosos o nosso temperamento, a honestidade do nosso nome, a simplicidade da nossa vida sem vicios nem desregramentos.

Ah! Podéssem todos êsses que tentam morder-nos e nos chamam aos tribunais apontar-nos uma mácula verdadeira e veriam como caíam sobre nós todos os impropérios das suas bôcas deslavadas, todas as injurias das suas almas latrinárias!

Na impotencia da sua raiva, não podendo, sequer, beliscar a nossa irrepreensivel linha de conduta mõral e politica, os miseraveis chegam até á infamia de nos ameaçar em cartas anonimas, julgando que nos métem mêdo. Pobres dêles, que nunca tal conseguiram.

Sômos violentos, ás vezes?

Sim, por necessidade.

Quando encontrâmos alguem cheio de vicios que é preciso corrigir e não se emenda, é nosso dever chamar éssa pessoa á realidade da vida limpa, reabilital-o, sendo possivel. Fazendo-o, cumprimos um dever, amargo ás vezes por termos de ser violentos, mas sempre um indeclinavel dever.

* * *

Implantada a Republica, nós, que pelo seu advento pelejámos tanto quanto as nossas forças o permitiram, continuámos, vigilantes, no nosso posto, de alma e coração entregues á defêsa e consolidação do novo regimen.

Na turba-multa dos que aderiram ás novas instituições apareceu o *Campeão das Provincias*, que, dias antes, ainda atacáva e insultava os republicanos do Porto que tinham vindo em excursão a Aveiro.

Os excursionistas daquéla cidade sofreram aqui enxovalhos e pressões várias exercidas pelas autoridades locais. O *Campeão* apoiou todas éssas prepotencias e ultrajou êsse grupo pacáto e prodente de cidadãos portuenses, chamando **rameiras** ás excursionistas e **bebedos** aos homens. Que as *tabernas*, as *capélas*, as *egrejinhas*, todas as *baiucas* ficáram esgotadas, sem vinho, sendo necessária uma limpêsa ás ruas do percurso e á *gare* do caminho de ferro, tantos os vomitos avinhados dos nossos hospedes, gritáva o *Campeão*, mentindo como um perro. Que nésta terra, *fervorosamente monarquica*, não pegáva a semente daninha dos *papoilinhas* e, todavia, pouco tempo passado, com uma incoerencia inaudita, êste defensor *convicto* da realêsa, êste admirador da radiosa mocidade de D. Manuel, voltando as costas ao seu *muito amado* rei, que seguia para o exilio, clâma, textualmente—*A' ideia velha*, **parce sepultis.** *A' ideia nova*, **salvé!** E correu a enfileirar ao lado daquêles que, na vespera, insultára sem motivo nem agravo, mas tão sómente para defender o poder constituido que... podia dár.

O monarquico *convicto* da vespera ao vêr tombado o seu rei, seguindo o velho lêma da casa—**sempre com os de cima**—bradáva á Republica que nascia—**Salvé!**

Ainda as pégadas de D. Manuel não se haviam apagado da Ericeira e já o anemometro do *Campeão* giráva batido por outro vento que vinha dum novo poder.

Emérito intrujão! Onde ficávam as tuas *arreigádas* convicções monarquicas, onde estáva a fé jurada ao teu rei, os vivas de *entusiasmo* que lhe ergueste á sua passagem na *gare* de Aveiro?

Mas, apezar de tudo, a despeito de conhecermos a cronica lazarenta da gazêta do Côjo, nós ficámos numa espectativa benévola,

embora armada, sem intuitos agressivos, esperando o decorrer da fita... E' então que aparéce envolvido num escandalo monstruoso o medico Manuel Pereira da Cruz, cunhado do proprietario e editor do *Campeão das Provincias*. Esta *escroquerie* afectava grandemente o bom nome da Republica se ficásse impune e todos que déla tivéram conhecimento, pediam a sua sevéra punição.

Insurgimo-nos tambem contra êsse tráfico—a isenção de mancêbos da vida militar a 50$000 reis por cabeça. Protestámos alto e pedimos o castigo do *escroc* Pereira da Cruz acusado de praticar êsse crime. Tanto bastou. O *Campeão* surgiu a campo, não para nos auxiliar na depuração de costumes viciosos e tôrpes, que da monarquia vinham, mas para defender o acusado, seu parente proximo, insultando-nos e ameaçando-nos.

Ultrajou-nos; feriu fundo a nossa dignidade e jactando-se duma impunidade prometida, juráva que expiariamos numa cadeia, durante mezes ou talvez anos, o delito de expôrmos ao público em letra redonda, uma acusação que outrem, de inteira respeitabilidade, tinha divulgádo e de que nos fizémos éco pedindo o seu justo quanto imediato castigo.

Ante éssas ameáças e afrontas saimos-lhe á frente e dissémos, desagravando-nos, com toda a justiça e verdade, ao *Campeão das Provincias* a sua atavica *moralidade*, toda a incoerencia da sua vida. Não mentimos numa afirmação unica. São verdades como punhos, todas, como provaremos.

Póde êsse papel imundo dizer que não chamou todos os nomes insultuosos, que apontámos, a José Luciano de Castro, a José Eduardo de Almeida Vilhena, ao Conde de Agueda, a Gustavo Ferreira Pinto, aos drs. Elias Pereira e Alvaro de Moura, etc., etc.?

Pódes, porventura, jornaléco tenebroso, naifa traiçoeira de sempre, dizer que o velho *Correio de Aveiro* te não qualificou de quadrilheiro mais a sucia que lá colaboráva?

Pódes raspar, *Camaleão*, o ferrête da *caverna do caco* que o *Correio de Aveiro* te abriu a fogo quando guilhotinou a sinagoga da Vera-Cruz?

Pódes negar que Manuel Firmino não foi acompanhado a casa no dia da expulsão das irmãs da Caridade do hospital civil, por um esquadrão de cavalaria?

Pódes negar que não difamaste e insultaste, sómente por odio, o nome do dr. Elias Pereira?

Não, não pódes. A coléção déssa gazêta é bem o reflexo dos que a orientam, da *firminada*. Tudo quanto dissémos é completamente verdadeiro. Tudo, tudo!

Impotente para destruir as nossas afirmações; cheio de odio por mostrarmos, aqui, intemeratamente as burlas do medico miliciano Manuel Pereira da Cruz, o editor do *Camaleão*, por vingança, chama-nos aos tribunais! Para quê? Para executar um plano, concertado em familia, a vêr se cálam a vóz do *Democrata*, que é, nésta terra, a vóz da Justiça e da Moralidade.

É o testa de ferro, editor do *Camaleão*, arvorado em defensor da *firminada*, que nos quer tambem arrancar dinheiro da algibeira, a nós que nunca tocámos na sua opáca e formidavel estupidez!

* * *

Cidadãos jurados: — *O Democrata* ergueu nésta terra o grito de alarme contra um crime monstruoso que aí praticáva o medico miliciano Mannel Pereira da Cruz e pediu e péde o seu castigo, pois sería um oprobio para a Republica deixar impunes verdadeiras *escroqueries* como as que êsse medico vinha cometendo de longa data.

O *Campeão das Provincias* saíu em defêsa dêsse criminoso e insultou-nos, negando-nos até autoridade moral para discutirmos êsse caso.

Pela nossa dedicação á Republica, por cujo bom nome velâmos, pela defêsa dos interesses do povo trabalhador, que tanto presâmos, viémos para a rua reclamar o castigo dos exploradores dêsse mesmo povo e exprobámos ao jornal que nos insultou, a cobardia sórdida do seu ataque.

Firmino de Vilhena, editor do *Camaleão* e Pereira da Cruz, são valôres entendidos nêste procésso. E' um conluio para nos aniquilar materialmente.

Pelo bom nome e prestigio da Republica, pela Justiça, pela Verdade, pela defêsa dos humildes, o *Democrata* tem pugnado todos os dias, sem outro interesse a guiar-lhe os passos que não seja o progresso e levantamento moral da sua Patria.

Nésta crusada tem encontrado a má vontade dos viciosos e dos máus. E para julgardes um caso em que os viciosos e máus tentam estrangular-nos a vóz, é que sois chamados.

Em plena consciencia, olhando tão sómente os sagrados interesses da Patria e com absoluta imparcialidade, julgae.

Que nós, bem alto, dizemos a todos que nos ouvem e nos leem, que cumprimos com o nosso dever.

Não vos pedimos benevolencia, pedimos apenas justiça.

A TEMPO...

Trouxeram os jornais:

Foi mandado instaurar procésso disciplinar, para cumprimento do disposto no n.º 16 do artigo 58.º e § 2.º do mesmo artigo do regulamento da instrução secundária, ao professor do liceu de Aveiro, Manuel Rodrigues Vieira, por ter em sua casa como comensais, alunos do mesmo liceu, os quais tem de despedir imediátamente. O procésso tem por fim apurar se o sr. Vieira tambem ministráva ensino aos referidos alunos, o que ele néga.

Chiça!...

AS PROCISSÕES

BULHA INFERNAL Á VOLTA DUMA "CHARGE,,

Ha cousas que pela sua manifesta insignificancia e nenhum mérito especialmente pelas circunstancias que nélas concorrem, não são, por principio nenhum, merecedôras dum comentário sequer em particular feito, quanto mais a que venham referidas na imprensa, e especialmente acompanhadas de considerações tão desenvolvidas e retumbantes que para os que as desconhecem tomal-as-ão, sem dúvida, á conta duma gravidade e importancia verdadeiramente excécionaes. Para os que fôram délas testemunhas, como nos sucedeu, segue-se ao riso que isso provoca a repugnancia que nos assalta, por a santa revolta desses piedosos espiritos que não se enojáram darmar á popularidade tão triste e miseravelmente, ainda que com isso mais uma vez justificassem apenas de que são capazes e até onde chega a sua reconhecidissima orientação jornalistica e patriotica...

Pois por ventura, em honra da propria verdade, mereceria a estafa a prosa de falsa revolta que para aí explodiu na imprensa séria do burgo, o caso da penultima quarta-feira? Pois não será muito mais ridiculo levar lá para fóra a noticia da prática dum acto, que, envolto em tão largos comentários e moldado nos adjetivos—palavrões, os mais retumbantes, onde se fala *na lei ultrajada*, a *religião selvaticamente ofendida*, *os sentimentos piedosos da população da cidade enxovalhados*, *os prestitos religiosos infamemente parodiádos*—tudo isto não será mais ridiculo, repetimos, que o proprio acto em si limitado a duas duzias de fedêlhos que conduziam em padiólas de meio metro de comprido quatro bonécos de barro, levando á frente um papel erguido á laia de pendão e atraz quatro vasilhas de folha onde rufavam cadenciosamente os que desse serviço estavam encarregados?

E' a isto que se não envergonharam, esses famosos escrevinhadores e defensores da religião, de chamar *paródia á procissão da cinza* e, possuidos, ainda que duma falsissima indignação, serem no entanto o porta-voz anunciador da prática de actos, que se correspondessem na verdade á tétrica narrativa, á horrorosa descrição, daríam a ésta terra verdadeiros e justificádos fóros de selvagem?

Então éssas duas duzias de creançólas, na prática déssa brincadeira, embora eles assim erradamente entendessem, brincadeira que um policia acabou, debandando-lhe o *préstito* e inutilisando-lhe o magnifico *estandarte*, o que resultou a prisão de dois populares que a isso se tentáram opôr intrometendo-se no serviço do guarda, populares que vão para juizo; merece éssa creançáda, que se escapuliu na frente do primeiro agente da autoridade que justamente interveiu, ser tratada com tão e tantas estrondosas apóstrofes com que esses patriotas avolumam *o seu irreverente sacrilégio e pública heresia?!*

Como se hão de encher de indignação e de justificáda revolta os filhos désta terra, que lá fóra tenham conhecimento do *horrivel crime*, medindo a sua gravidade pela não menos grandêsa da reprovação manifestáda na variedade de esdruxulos e exoticos adjetivos com que os *grandes orgãos da cidade* noticiam e comentam o facto da penultima quarta-feira, que é sem dúvida o de maior gravidade depois do de 5 de Outubro?

Porque não estenderam esses gritos de protésto ao que outro grupo exibiu, na paródia á entrega de ramos?

O assunto tambem se prestaría a varias divagações: a tradição da festa, o seu alcance religioso, o respeito devido a actos daquele genero, etc., etc.

No Porto, logo nos primeiros dias da época carnavalesca, os estudantes da escola medica, que por cérto não pódem ter confronto com os garotólas que por aqui tomaram parte na tétrica e diabólica exibição tão afrontosa dos sentimentos piedosos de meia duzia de protestantes devotos; os estudantes do Porto, diziâmos, organisáram uma verdadeira procissão tal foi o seu cortejo, na qual figuráram muitos deles de batina e sobrepelís, outros com tochas e ópas, pendões, com as respectivas borlas, insignias caracteristicamente religiosas, verdadeiros andôres nas suas fórmas e dimensões, sendo neles conduzidas entre outras *imagens* uma com a seguinte legenda—*Senhor Zé dos Passos*—sobrecarregado com uma grande cruz, clara e dupla alusão ao *Zé povinho* e ao *Senhor dos Passos*.

E por ésta razão, julgáda e consideráda nos seus verdadeiros termos, alguem veiu de qualquer fórma lavrar protéstos e moer estafádo palavrório de comica indignação e nojenta beatice, contra a brincadeira dos estudantes embora éla atingisse tais proporções de imitação?

Antes fôram tirádas centênas de fotografias que os *magazines* ilustrados reproduziram, como sucede com a *Ilustração Portuguêsa* no seu numero de segunda-feira ultima e toda a imprensa foi unanime em aplaudir a *charge* e o bom gosto que a inspirou.

Os jornais de maior cotação, assim como de resto todos eles, fôram concordes nos seus louvores ao fino espirito e boa piada que animou a paródia, conseguindo que, referia um deles: *as ruas do Porto estivessem em constante alegria durante a passagem do longo cortejo, que despertou da sua vida de trabalho a laboriosa capital do norte!*

Isto escreve a imprensa do Porto, referindo-se a um facto milhares de vezes bem mais importante, pela sua imponencia, poder de imitação e valor moral e intelectual dos participantes, do que a insignificante e indecentissima garotáda aqui exibida.

Todo o ataque de tais almas candidas foi para a petizáda que dentro dos seus cerebros infantis julgou conquistar, aqui, com a sua exibição, o sorriso e o alegre comentário dos circunstantes. Podia dispensar-se o genero da brincadeira? Sem dúvida. Mas da sua verdadeira e reconhecida importancia áquéla que lhe quizéram dar os puritanos escrevinhadôres que retumbantemente a registáram nas suas gazêtas, vai um abismo, muitissimo maior daquele que existe nos craneos de taes patriotas.

Vêr nesse acto um exclusivo proposito de ofensas á religião—esse eterno pômo de discordia no mundo—ou por traz dele intenções reservádas de terceiros, pedindo para a sua descobérta inquéritos e devassas, imputando ao mesmo tempo responsabilidades á autoridade, a quem os *festeiros* se esqueceram de fazer a devida comunicação e à policia que não interviu—tudo isto atinge a mais viva e retumbante nota dum idiotismo ou dum cinismo digno de registo.

Nós entendêmos e muitissimo bem sob todos os pontos de vista, absolutamente imerecida qualquer referencia que a éssa brincadeira, sem importancia e sem valor, aqui fizéssemos. Daí o nosso silencio. Contudo agora que se narra o acontecimento sacrificando-se ás consequencias que disso resultem para ésta cidade e o pouco escrupulo com que foi feita a narrativa do que se passou, aproveitando-se o ensejo para fins diversos, aqui narramos o caso, dentro da restricta verdade e valôr com que ele se deu.

Bem sabemos que tantos quantos fôram testemunhas da cêna seguramente a avaliam pela sua propria importancia. Não é para eles que escrevêmos. E' para os que lá fóra o conheceram pelas referencias tôrpes feitas a seu respeito.

Ainda que de verdade élas o fôssem, o bom nome désta terra sería mais que suficiente motivo para que tudo se calásse.

Mas não julgáram assim os que só entendem que acima de tudo devem colocar as suas paixões e os seus odios.

São assim estes jornalistas de má morte, estes novos sábios da escritura!

E sobre o assunto ainda o *Bébes* não orneou...

Necrología

—(*)—

JOAQUIM REI NETO

—=(*)=—

A certeza terrivelmente esmagadora de que seriam baldados todos os esforços, toda a luta já ha anos empenhada para a sua salvação, era cousa assente no espirito de quantos não só conheciam a doença que nas suas fatidicas malhas tinha envolvido a existencia dêsse saudoso e prestante cidadão, como os devastadores progressos que éla, com uma persistencia aterradora, conquistava na sua preza.

Esperando, portanto, a toda a hora a fatal noticia, ao recebel-a, vimos que apezar de tudo, não estávamos preparados devidamente para éla, tal foi a intensidade e fundo pezar que nos causou. Era

a verdade esmagadora. Joaquim Rei Neto deixára de existir e com êle as belas qualidades que possuia, e entre todas a notavel inquebrantibilidade do seu caracter a dedicação sem limites pelo seu amigo e pelo seu ideal—que sempre serviu com a maior abnegação. Já doente, partilhou das penosas vigilias que durante noutes consecutivas fôra preciso fazer, sem um queixume, sem um desfalecimento, sempre pronto, dedicado e pontual no seu posto, no seu logar.

Arrebáta-o a morte cêdo, em plena vida e tanto mais doloroso êsse tristissimo acontecimento.

O seu funeral foi a mais eloquente demonstração de quanto Joaquim Rei Neto era querido de todos os seus concidadãos e correligionarios, tendo a êle acorrido, no sabádo de tarde, grande numero de amigos tanto désta cidade como de Arada, onde habitáva, e circunvisinhanças.

Foi imponente êsse triste cortejo em que tambem se encorporáram a *Banda dos Bombeiros Voluntários* e representantes de diferentes colectividades politicas, como *Centro Republicano de Aveiro*, *Centro Democratico de Arada*, *Grupo de Defêsa da Republica*, comissões paroquiaes, de Aveiro e Arada, etc., etc.

Durante o trajecto para o cemitério, que foi longo, organisaram-se os seguintes turnos para segurarem as estremidades da bandeira do *Centro de Arada* com que o ataude ia coberto e sobre o qual figurávam egualmente corôas de flores artificiaes oferecidas por os pais e irmãos de Joaquim Neto, pelas sr.ªs D. Idalinda e Pompilia Martins, Alberto Souto, Joaquim Fernandes Martins, *Centro Democratico de Arada*, e um grupo de carbonarios de Aveiro:

1.º

Adelino Costa, Pereira Mélo, Aires Luís Pereira e Joaquim Fernandes Martins.

2.º

Antonio da Rocha Martins, José Nunes da Ana, Amandio Ribeiro da Rocha e Manuel Gonçálves de Oliveira.

3.º

Manuel Vieira Mostardinha, Antonio Francisco do Bem, Artur Amador e Manuel Borralho.

4.º

Manuel Razoilo, José Rodrigues Jeronimo, Antonío Martins e Manuel Maia da Fonte.

5.º

João Pereira Pinheiro, Manuel Morgado, Manuel Borralho Junior e Joaquim Dias Batista.

6.º

Emilio Peixinho, Francisco Moreira, José Migueis Picado e Francisco de Oliveira.

7.º

Dr. André dos Reis, Joaquim F. Felix, José de Pinho e João Gamélas.

Era quasi noite quando o corpo de Joaquim Rei Néto deu entrada na sua ultima jazida. O dr. André Reis, José de Pinho, J. Felix e Arnaldo Ribeiro, em palavras repassadas da mais intensa saudade, dizem-lhe o ultimo adeus, depois do que todos se retiram deplorando ainda a sorte do desditoso rapaz tão prematuramente roubado ao convivio de quantos o estimávam e por êle nutriam simpatía.

O grito do futuro:

Vivam os "escrocs,,!

Não nos surpreenderam os motivos de queixa, *por abuso de liberdade de imprensa*, diz ele, com que o sr. Manuel Pereira da Cruz justifica a sua petição de queréla contra nós!

Não nos surpreendeu, especialmente por que eles são mais uma nitida e carateristica demonstração do cinismo que abunda na tipica individualidade do famoso tenente medico miliciano e delegado de saude, como ele se inculca no requerimento ao sr. Juiz de Direito!

Afirmar que nós o *injuriámos* e *difamámos* é o cumulo, sem duvida, duma audaciosa alteração da verdade rigorosa dos factos, que a ninguem por cérto passará despercebida.

Sem vislumbre de receio de fazer a prova completa de quanto aqui temos referido, manda, todavia, a narrativa insuspeita dos factos que deles se restabeleça toda a verdade, pura e simples.

Por mais de uma vez o temos dito mas indispensavel é que de novo se repita para que bem a descoberto fique a desfaçatez do triste protogonista désta ignominiosa comédia, representáda em Aveiro e *postada* em Lisboa, por quem todavia não aparece, para que evidentemente se não emporcalhe no desastroso desempenho e inutil taréfa de querer convencer o público de que quanto os *artistas* dizem, lhes vai de facto na alma, traduzindo a verdade limpida das cousas.

O público pateia, o público conhece os actores e autores da péça e ainda que neste ultimo quadro de fingida revolta contra a dignidade ofendida dos infelizes comediantes, estes procuram arrancar aplausos, e a assistencia continua pateiando porque não vê o quadro completo, faltando para o seu remate os oficiais que constituiram a junta militar inspecionadôra que, em Ilhavo, a 2 de Agosto ultimo, ficou de posse de documentos assinádos pelos declarantes nos quais afirmávam as bases com que contratáram a sua isenção do serviço militar com o medico miliciano Manuel Pereira da Crúz.

Esses, ilustres *actores*, é que são os caluniadores que estão no primeiro plano e depois, nós, que conhecedôres da repugnantissima tramoia, então documentáda, por nossa parte obtivémos novas provas, concludentes e indiscutiveis, confirmando as outras na posse da junta medica e denunciando mais proêsas, que decididamente justificávam e corroborávam aquelas!

Não foi pois completo o gesto que iniciou o grande medico *que tem feito da sua vida um sacerdocio*, levando apenas, *como é o costume*, reis 50$000 a qualquer patéta que se permitia ir no embrulho daquele canto de sereia... barbuda.

O sr. Manuel Pereira da Cruz devia em primeiro logar requerer contra os medicos militares de infanteria 28 drs. Evaristo Geral e Armando de Macedo, o capelão do mesmo regimento, que era secretário da junta e o respectivo sargento, a competente queréla por *difamação e injuria* e depois nós, que no caso presente, fômos, na imprensa, os propagadôres e apregoadôres déssa *calunia e difamação*.

Evidentemente o brio e a dignidade ofendidas do sr. Manuel Pereira da Cruz não se deviam limitar a exclusivamente nos pedir contas do quanto dissémos, dizêmos e dirêmos.

Comnôsco, no banco dos réus, deviam enfileirar quantos concorreram para macular aquele *nobilissimo caracter*, que não só como cidadão, mas como funcionário e chefe de familia tão alevantádos exemplos de civismo e de respeito vem patenteando...

Não sômos nós que o dizêmos: todos os habitantes désta linda terra de sobejo conhecem a alevantáda nobrêsa de sentimentos que neste campo de acção tem evidenciádo aquele cavalheiro.

Bem justa é a protecção e defêsa que por ele tomam os seus parentes e nisso vai bem definido o aplauso que o seu amôr ao lar doméstico, lhes meréce.

Não fômos pois os primeiros que difamámos e injuriámos aquele *homem politico*; houve quem primeiro do que nós o fizésse e não se compreende como sobre a nossa cabeça cáia, em exclusivo, os raios de excomunhão, daquele Jupiter tonante!...

* * *

padre Jorge

Com geral sentimento foi recebida tambem pela cidade a triste nova do falecimento do padre Jorge de Pinho Vinagre, desenlace que ninguem previa, ainda que o seu estado de saude inspirasse alguns cuidados. Poucos dias—quatro ou cinco—antes do lutuoso acontecimento trocávamos com o bom do padre Jorge, que saía da egreja de S. Gonçalo, onde resava ultimamente missa, a nossa saudação, e mal diriamos que seria éssa a ultima vez que lhe falávamos.

Filho de Aveiro, para aqui veiu depois de ordenado. Feito professor primario oficial numerosos individuos em sucessivas gerações com êle aprenderam o A B C.

Apaixonado musico, foi por muito tempo regente da filarmonica *Aveirense* com quem dispendeu, não só os seus melhores esforços, mas ainda bastante dinheiro, ápartе desgostos, contrariedades e ingratidões em barda.

Bondoso e afável, os pouco escrupulosos abusaram déssas qualidades, explorando-o a seu modo e em seu proveito, com grave prejuizo dos seus haveres que pela sua ultima vontade foram legados a seus irmãos e sobrinhos.

O padre Jorge era um eclesiastico popular e simpático e não deixou de ser o cura pontual e modesto na sua capelania de Vilar onde largos anos serviu com toda a dedicação e sem outras ambições até que a proximidade da morte disso o impediu.

Um sofrimento cardiaco suprimiu-lhe a existencia aos 70 anos de edade.

As suas qualidades, a lhaneza do seu trato e a bondade do seu coração formam, sem duvida, um pedestal que por muitissimo tempo perpetuará o seu nome e a sua memoria.

* * *

Faleceu em Coimbra o pae do nosso considerado amigo e redactor da *Portugueza*, sr. tenente Costa Cabral, tendo tambem deixado de existir nésta cidade a mãe do nosso velho amigo Manes Nogueira e ainda a menina Maria do Céu Gamélas que a morte tão cêdo e tão dolorosamente de entre a sua familia e quantos apreciavam as suas qualidades, arrebatou

Ás familias enlutadas apresentâmos a expressão muito sincéra do nosso profundo pezar.

Questão de águas

No juizo de direito désta comarca, foi na última terça-feira proferida sentença final num pleito assás importante e referente ás aguas da Prêsa, de Ilhavo, questão éssa que muito interessava os póvos daquêle concelho visinho.

As alegações finais apresentadas ali pelo nosso correligionário e amigo dr. André dos Reis, advogado dos réus, são um trabalho de muito valor juridico que tem sido apreciado, com louvor, por todos os profissionais.

A sentença julgou a acção improcedente, motivo porque jubilosamente felicitâmos André dos Reis.

Serviço de administração

Mandámos á cobrança pelo correio, uns, e por intermédio de obsequiosos amigos nossos, outros, os recibos de "O Democrata,, vencidos ou prestes a vencerem-se, do que dâmos conta aos nossos prezados assinantes rogando-lhes a finêsa do seu bom acolhimento afim de nos evitarem novas despêsas e podermos trazer em dia a escrituração do jornal.

* *

No Congo Bélga, Pará e **Manáus** estão respectivamente encarregados de receber as assinaturas que lá possuimos, os srs. **Henrique Madail, J. J. Nunes da Silva e João Simões Amaro Junior,** devendo os assinantes das outras partes do ultramar, onde ainda não temos pessoa idonea que nos represente, mandar as importancias directamente a esta redacção, o que desde já muito agradecêmos.

Sêlos retirados da circulação

A contar do dia 1 do proximo mês de março serão retirados da circulação os sêlos e outras formulas de franquia que tenham a sobrecarga *Republica*.

Será comtudo válido o emprego dêstes sêlos até ao fim do dito mez de março, podendo trocarem-se nas respectivas repartições do Estado até 30 de maio proximo.

UMA TORPÊSA

Referimos na semana finda o que á volta do nome do director deste jornal se passáva em Ilhavo, onde o sr. Pereira da Cruz esteve, levádo pelo seu espirito de vingança, a querer insinuar actos, que aquele nunca praticou, defeitos que só tendo a correr-lhe nas veias sangue igual ao desse medico supinamente aváro e sem escrupulos, sería suscétivel de ter adquirido, mas que exatamente por isso se não dar, póde, de viseira erguida, confundir os seus detratores, desfazer em nada a calunia integráda na pessoa do sr. Pereira da Cruz, ao vêl-a desabrochar nos lábios de tão imoral como desvergonhada creatura.

Nós bem sabêmos onde o tenente miliciano quer chegar, o que ele pretende, as conclusões que deseja os outros tirem. Engana-se, porém, redondamente o falso *democratico* que á Republica aderíu unica e exclusivamente para continuar explorando os papalvos com a mesma semcerimonia com que os sugáva antes do 5 de Outubro. Engana-se e hade um dia convencer-se do que muito tolerantes fômos nós porque o não desmascarámos ha mais tempo.

Invente o sr. Pereira da Cruz o que quizér, insinúe, despeje mesmo toda a bilís, em que se transformou, sobre a nossa cabeça, que nem assim conseguirá dominar-nos tão seguros estâmos da razão que nos assiste como cooperadores modéstos da grande obra de remodelação nacional.

Baldádos passos fôram, pois, os do emérito trangalhadânças em ir a Ilhavo com pretenções de, contra nós, mal dispôr os habitantes da laboriosa vila, alguns dos quais nos teem de julgar ámanhã. Porque, mais que não fôra, os documentos que vâmos reproduzir teem de marcar o devido crédito em que dévem ser considerádas as falsas arguições do medico burlista.

Leiam-os:

Ex.mo Sr. Antonio Maria Beja da Silva, dignissimo comissário de policia

Meu presado amigo

Constando-me que o tenente medico miliciano dr. Manuel Pereira da Cruz fôra um dia destes a Ilhavo e lá falou com alguem a proposito dum assalto ha dois anos feito a uma rolêta que funcionáva na praia da Costa Nova, assalto que, ao que paréce, esse individuo, que o Democrata *tem acusado de ser um escroc, pretende atribuir a uma denuncia feita por mim, particularmente, rogo-lhe a finêsa de, ácerca do exposto, dizer se porventura tive alguma intervenção directa nesse caso a não ser o que escrevi e que por éssa ocasião veio publicádo no jornal que sob a minha direcção se publíca nésta cidade.*

Pedindo-lhe me autorise a fazer da sua resposta e uso que entender e agradecendo antecipadamente mais este favor, subscrevo-me com a maior consideração

De V. Ex.ª

At.º Ven. e Obrig.º

Aveiro, 5—2—913.

Arnaldo Ribeiro

Ilustre director do Democrata *e meu presado amigo*

De pé no estribo para saír désta cidade e deste distrito onde tive a ventura de encontrar fartas dedicações, entre as quais tenho bem registada a do coerente e intransigente republicano Arnaldo Ribeiro, venho, de fugida, responder á vossa carta datada de hoje cujo assunto me causou surprêsa.

E' absolutamente inexacto que de vós me viésse a noticia que determinou a tomáda da rolêta na Costa Nova na noite de 6 de Setembro de 1911.

O facto de ali se jogar foi-me reveládo por uma entidade oficial poucas horas antes de se proceder á apreensão.

Eis o que sobre o assunto posso dizer-vos e a que dareis o uso que entenderdes.

Reiterando-vos os protéstos da minha estima, subscrevo-me

Vosso amigo cérto

Aveiro, 5—2—913.

Beja da Silva

Quanto ao résto, isto é, sobre o destino dado ao dinheiro que cresceu dos festejos do ano findo, na Costa Nova, e de cuja comissão o nosso director fez parte, como tesoureiro, o diário lisbonense *O Mundo*, no seu numero de 13 de Outubro, 2.ª pagina, encarrega-se de dizer o que mandáva a verdade se disséssе, nas seguintes linhas:

Aviação

A subscrição do Mundo

Saldo da comissão que promoveu as festas na praia da Costa Nova em 23 de Setembro ultimo, comissão composta pelos srs. dr. Samuel Maia, dr. Manuel Alegre, Arnaldo Ribeiro, dr. Simão José, dr. Joaquim Silveira, José de Pinho, Antonio Agra, José Vaz, Joaquim Paulo e dr. Eduardo Moura (entregue em 5 do corrente) .... *19$045*

E aqui está o que o sr. Pereira da Cruz conseguiu, metendo-se a difamar-nos, nós que eternamente o havêmos de trazer amarrádo ao pelourinho não só das suas mistificantes convicções como ainda dos crimes cuja retumbancia tão tristemente o teem celebrisádo.

A vida do sr. Pereira da Cruz!... Que miséria! Que nôjo! Que coisa tão profundamente repugnante!

NOTAS DA CARTEIRA

Depois de alguns mezes de descanço na sua casa de Verdemilho, embarcou no sabado, em Lisboa, com destino a Manáus, o nosso amigo Antonio Dias Pereira Junior, que naquéla cidade brazileira é socio duma importante casa comercial.

Acompanha-o um dos seus irmãos, contando Dias Pereira estar de volta dentro em bréve.

Que tenham uma feliz viagem e a sorte os não desampare, é o que sincéramente lhes desejâmos.

= Consorciou-se no meado da semana finda com a nossa gentil patricia D. Diolinda Duarte o sr. Manuel Martins Soares, ha pouco chegádo do ultramar.

A noiva é uma interessante e prendada menina, que conhecemos desde creança e a quem por isso augurâmos um futuro cheio de venturas pelas excelentes qualidades de que é dotada.

= Esteve em Aveiro dando-nos o prazer da sua visita, o nosso muito presado amigo Antonio Lopes Mateus, digno capitão de infanteria 14.

Regressou já a Vizeu onde tem fixada residencia.

= Fizéram na terça-feira anos o nosso presado conterraneo, sr. dr. Joaquim de Mélo Freitas e o aplicádo aluno do liceu désta cidade, Francisco Manuel Simões, filho querido do excelente amigo do Democrata, *Acacio Simões.*

= No dia 8 foi registádo civilmente na Conservatoria désta cidade, o primogénito do nosso amigo Antonio Felizardo e de sua esposa a sr.ª D. Mécia Pinto de Barros Miranda, que recebeu o nome de Afonso de Barros Miranda Simão.

Testemunharam o acto o sr. dr. Simão José, delegado do Procurador da Republica em Fornos de Algodres, representado pelo sr. João Pinto de Miranda, avô do neófito e a sr.ª D. Maria Regina de Barros Miranda, tia materna.

= Em Ilhavo registou-se tambem, ha dias, o filhinho mais novo do sr. Amadeu Modail, paranimfando o sr. dr. Joaquim Machado da Silva e sua esposa.

Pedimos aos nossos assignantes que nos avisem sempre que mudem de residencia afim de que o jornal se não extravie e portanto o não deixem de receber.

SANEANDO

Dignidade e responsabilidade

I

Não venho chicotear ninguem, ainda que motivos tenha de sóbra, mas auxiliar o sr. Nunes da Silva, secretário da camara deste concelho, e os seus apaniguádos a fazer a obra de saneamento moral que, com tanto sacrificio, mostram levar a cabo a bem do desenvolvimento dos ideais republicanos, a favor do progresso do nosso alquebrádo país.

Como medico e habituádo a proceder em todos os movimentos operatórios com a desinfecção que a ciencia ordéna, tenho por dever profissional passar em revista os jovens saneadôres, examinando-lhes as prégas do fato e os sulcos unguinais das mãos onde pódem levar o germen de novas infecções, tornando inutil o trabalho feito e afugentando da seriedade os habitantes analfabétos deste serrano torrão. Quem visse um operador proceder a uma cezariana de unhas sujas e com a blusa manchada de salpicos de pús, ou não acreditava que se preparasse para fazer a melindrosa operação ou não o tomaría por um medico esse homem que de apenas aparencias se enfarpélou. Julgaría—e com fundáda razão—que um tamanqueiro se arvorou, para troçar da humanidade, em operador, ou que um doido, fugido das vigilancias dos manicomios, se preparava para extinguir a sociedade, saciando, no seu pseudo perseguidor, as iras do desequilibrado organismo.

E' preciso, pois, para que o trabalho de saneamento seja levado a sério pelos nossos conterraneos e para que todas as probabilidades—e mesmo algumas certêsas—de bom exito sejam de esperar, que procedâmos á desinfecção das nossas pessoas, dos nossos costumes.

Mas isto só não basta; é preciso tambem que não passemos por uns esbanjadôres interesseiros, conspurcando o que está limpo para depois apontar mais trabalho. Não; não devêmos proceder assim, porque é trabalho inutil e dispendioso e porque póde-nos acontecer—como de casos a ciencia fala — que conspurcado um objéto, um elemento social, já dele não se possa fazer uso por mais rigorosos e repetidos que sejam os processos de desinfecção. O que está limpo deixa-se estar, porque os desinfétantes deixam quasi sempre vestigios da sua passagem, ainda que não sejam senão os arômas repugnantes para quem não está habituádo ao seu contacto.

E se, ao findar o saneamento, elementos houver que a ciencia, com dados seguros, aponte como perigosos ainda, devemos, para merecer com toda a justiça, o prémio de consolação dos nossos sacrificios, lançá-los ao fogo purificadôr do poder judicial, que tão dignos representantes tem nésta comarca. Bem sei que o sr. Nunes não concorda com ésta dignidade de representação, porque não julga esses magistrados *respeitadores da lei e da moralidade*. São modos de vêr e observar, a que não é extranha a simpatía de uma esperança prometida ou antipatía dum despeito. São fraquezas dos seres vivos, que teem por prisma da sentimentalidade um egoismo ignorante e atrevido.

Mas seja o que fôr, o que é necessário e indispensavel é que o remate dos nossos trabalhos de saneamento seja éssa destruição. E' amarga, todos nós o sabêmos, mas quando o bem geral a reclama, o coração dos operadores deve fechar-se a esses queixumes. E' ser se carrasco por amôr á sociedade que se amofina entre as mandibulas do tradicional parasitarismo. E' matar para ganhar vida.

* * *

Descrita em vôo rapido ésta pequena ante-camara de operador, vou abrir caminho néssa escura e ensilváda senda onde a luz da verdade ainda não brilhou e a serenidade dos espiritos sádios não rasga o manto das suas convicções, emquanto os srs. *Silvas* não conseguirem, por intermédio do seu amado mestre, magistrados judiciais feitos á *imagem e semelhança* dos dótes inteletuais do sr. Nunes. Vamos principiar a expôr algumas provas que temos em nosso poder, apesar da autoridade *super omnia* do sr. secretário desmentir a sua existencia. São provas que nada valem porque insignificantes são os seus possuidores, mas que ao menos teem a bôa qualidade de existir e a grande fôrça de paternidade. Estão muito longe de poder rivalisar com os argumentos e provas do sr. Nunes da Silva, que ainda não principiou *a falar com a verdade, só com a verdade*. Quando raiar esse momento, as nossas pequeninas provas, de *mentira infame* apenas feitas, ficarão reduzidas ao pó da nulidade, onde se alteaará a figura nobre e magestosa do autor dos boatos, empunhando, com a altivez da certêsa, a anulação do despacho do oficial de deligencias decretado pela palavra de honra do seu divino mestre, sr. dr. Barbosa de Magalhães.

Mas, com o meu peculiar descaramento, sempre me atrevo a apresentar éssas migalhas de documentação, enfeitadas sómente pelas barbas brancas do sr. dr. Correia de Lemos e pelo passado digno e honesto do sincéro republicano dr. Marques da Costa, democratas que bem de pérto lidáram com o já tão célebre e ameaçado despacho.

Quando o *Grupo de Defêsa da Republica* lançou o grito de protéção ao velho correligionário Alexandre Ferreira da Costa, para unicamente salvar neste meio a justiça e a moralidade das instituições portuguêsas e a dignidade do velho partido republicano, fui, como representante desse grupo, incumbido de ir a Lisboa e dirigir-me ao dr. Correia de Lemos, então Ministro da Justiça, com o fim de lhe expôr os factos que se passavam nésta vila e mostrar-lhe a pretensão justa desse grupo de republicanos que amam a Republica ser um ideal patriótico e não como um manancial de interesses individuais.

Com a alegria que dá o cumprimento dum dever, fiz me de longada até Lisboa e aí cumpri as ordens recebidas. O sr. ministro viu a pretensão, ouviu a minha descrição, e a sua alma inteligente — talvez feita da *mentira infame*—espreitando por entre as veneradas e honradas barbas me declarou que a justiça, a razão e a honestidade estavam do nosso lado; mas que para não alimentar discordias entre correligionários, ia, indicando o meu nome, escrever ao Fernão de Lencastre narrando-lhe o nosso desejo e pedindo-lhe a sua opinião como autoridade administrativa e como representante do grupo do sr. Nunes. Concordei e dei plena liberdade de usar o meu nome.

Voltei a ésta vila e passados dias telegrafei ao sr. dr. Correia de Lemos, perguntando-lhe pela decisão tomada. Por carta, que anunciáda me foi por telegrama, me disse que o sr. Fernão de Lencastre havia concordado com a justiça da nomeação de Alexandre, mas que pedia que o despacho não se fizésse sem vagar o logar do oficial Alberto, para ao mesmo tempo se fizéssem os despachos patrocinádos pelos dois grupos.

Ao ter conhecimento déssa carta o *Grupo Defêsa da Republica* preparou todos os documentos e de novo me enviou a Lisboa com direção ao Ministro da Justiça. Obedeci, partindo para a capital, onde cheguei quando já estava demissionário o ultimo ministério. Como nada podia então resolver-se, aproveitei a ocasião e dirigi-me ao Directorio do Partido Republicano a cujo secretário narrei tudo o que se passava neste concelho. Luiz Filipe da Mata, pelo confronto das declarações por mim feitas e pelo dr. Barbosa de Magalhaes, achou conveniente haver uma conferencia entre nós tres. Acordei no seu alvitre e a conferencia realisou-se nesse dia e no Directorio ás 21 horas e tal.

No decorrer da discussão tive ensejo de saber que o dr. Barbosa de Magalhães era *oficial superior do grupo* Silva e que o despacho do Alexandre não se fazia, porque o logar do 1.º oficio désta comarca estava destinádo para o cunhado do secretário da câmara. Vi então claramente o que nós já haviâmos descortinádo—o empenho do adiamento era para dar o logar do 1.º oficio a quem de justiça não pertencia. A carta que recebeu o dr. Correia de Lemos, traduz uma confissão da verdade para ocultar um vergonhoso lôgro.

Em vez de desfalecer, lançando ao impossivel a pretensão nossa, senti reviver dentro de mim a inergia para a luta, animado pela esperança e fé no programa do Partido Republicano e convicto de que a justiça havia de triunfar. E assim preparádo procurei o deputado dr. Marques da Costa e fiz lhe siente do que se passava. Com éssa alma de verdadeiro apostolo dum ideal me declarou que o despacho se fazia, porque a Republica tinha por obrigação cumprir as suas mais belas promêssas—Justiça e moralidade.

Descansei sobre a promêssa de este velho e sincéro correligionário e divaguei tranquilo pela Lisbia, recreando a minha curiosidade de provinciano até á hora da partida do *rapido*.

De novo em Oliveira de Azemeis, aqui permaneci o tempo suficiente para as apresentações do actual ministério. Passado esse tempo, parti mais uma vez para Lisboa levando comigo todos os documentos necessários. Procurei, claro está, o deputado dr. Marques da Costa e no dia seguinte com ele dava antrada no Ministério da Justiça, onde ficáram os documentos e donde trouxe a certêza de que a Republica não é uma creada dum homem que abraçou só depois de vitoriosa, mas sim a realidade duma aspiração que longos anos fez trabalhar e sofrer dedicados portuguêses.

A trasbordar de alegria parti para junto dos meus companheiros. Dias depois os jornais davam a noticia do despacho de Alexandre. Estava cumprida a promêssa, satisfeita a justiça, espesinhádo o favoritismo, vitoriosa a moralidade.

Ao saber da derrota, o sr. Nunes telegrafou para Lisboa, dizendo que o despacho tinha sido um negocio e reclamando do seu *chefe* a anulação! Esse telegrama foi lido no Ministério da Justiça, mas não foi atendido, porque a verdade teve defensores e amigos.

* * *

Depois désta sucinta descrição, que com certêsa não é desmentida pelos sincéros republicanos a que me reporto, o leitor vê as incoerencias dos srs. *Silvas* e apalpa com segurança o sr. Nunes como autor dos boatos.

Mais provas temos para corroborar o que afirmei, como seja a conversa havida entre o sr. Nunes e o deputado dr. Marques da Costa a quando da posse do actual governador civil de Aveiro, mas ficarão para os numeros seguintes. Hoje queria referir-me ainda ás locais do *Radical* respeitantes a este assunto; mas como vou longo já, apenas me dirijo á noticia do ultimo numero dêssa tribuna do sr. secretário sobre uma correspondencia désta vila para o *Jornal de Cambra*.

Diz o sr. Nunes que éssa correspondencia fornece *pormenores deveras interessantes sobre o despacho*, e como é o mais interessado pela moralidade e justiça e o mais animado néssa campanha, não a transcreve!

Como progenitor dos boatos, o sr. Nunes tinha o dever moral de fazer a transcripção e como não a fez, deixa-nos na contingencia de não podermos definir-nos sobre a sua hombridade. Magôa-me deveras éssa atitude, ésta incertêsa, porque é grande falta e demonstra que não agasalha com amôr o produto das suas entranhas.

Transcreva, sr. Nunes, no proximo numero éssa correspondencia para dar uma prova de hombridade. Não perca a ocasião porque talvez outra não terá, e as impressões vão-se gravando cada vez mais com o decorrer do tempo.

Cá fico á espera déssa... amabilidade de quem se responsabilisa pelo que faz ou escreve.

11—2—913.

O medico, **Lopes de Oliveira**

Vêr quarta pagina

O CASO PEREIRA DA CRUZ
E A IMPRENSA

O nosso colega *Progresso de Alquerubim*, voltando a falar do que sobre a questão Pereira da Cruz se tem passado, escreve:

O escandalo Pereira da Cruz

Bem nos pareceu facilidade demasiáda a liquidação da sindicancia que militarmente foi feita ao tenente medico miliciano Pereira da Cruz, no escandalo em que este individuo anda implicádo, apontando-se como responsavel na isenção de mancebos do serviço do exercito a 50$000 reis cada um e que, vai para seis mezes, o jornal *O Democrata* não tem abandonado com uma tenacidade e energia dignas de registo.

Achâmos facilidade demasiáda, repetimos, pois emquanto na imprensa apareciam documentos indiscutivelmente comprovativos daquéla burla, além do testemunho de oficiais acima de toda a suspeita, que constituiam a junta de inspecção medica e que descobriram esse triste jogo pela propria confissão de varios mancebos inspecionádos, encerrava-se o processo instaurádo com o parecer de que: *deveria ser arquivado por falta de provas!!!*

Esse resultádo, porém, que ofendeu o mais insignificante respeito pela justiça e pelo regimen, resultou que um ilustre deputado, alheio por completo a *coteries* protécionistas da pratica de actos passádos, que só o regimen morto poderia tolerar, revoltando-se contra o que sobre o escandalo estava passando e alem de requerer cópia do processo, instou pela revisão do mesmo, pedido a que o ministro acedeu especialmente porque a declaração ministerial, lida no parlamento pelo presidente do conselho, não podia permitir outro resultádo.

Vai, pois, ser revisto esse processo e o resultádo de tal revisão está previsto e assegurádo!

Nem podia deixar de ser!

Por honra da moralidade do regimen, justiça das instituições e dignidade do govêrno, que tem a obrigação de cumprir a sua palavra, a justiça hade ser feita, completa, absoluta, concludente.

Não nos faltaría mais nada se, depois de preparáda a inocencia *ad hoc* de determinados individuos em todas as condições de serem réus, estes, *absolvidos*, se transformassem em juizes, como no caso presente se pretendia fazer!!!

Esses tempos morreram e não voltarão mais... por honra de todos e nomeádamente por honra da Republica!

Pela primeira vez, tambem o *Povo de Basto*, esclarecido confrade de Celorico de Basto, alude nestes termos ao nosso protésto:

Uma campanha de moralidade

O *Democrata* é um enérgico e bem redigido semanário que se publica em Aveiro e que há largo tempo vem sustentando uma moralisadora campanha contra o tenente médico Cruz, acusando-o de receber dinheiro para isentar mancebos do serviço militar e publicando documentos comprovativos.

Numa sindicancia efectuada ácerca de tão graves factos, parece ter-se deixado de colher provas de tais irregularidades, de fórma que o homensinho ficou radiante e o processo arquivado. Agora, e porque o *Democrata* tem continuado resolutamente as suas acusações, vai o arguido chama-lo aos tribunais.

Vamos a vêr o desfecho que a justiça põe no caso que é da maior importancia moral e que o brilhante colega tem tratado com a dedicação de quem serve a causa da verdade.

CORRESPONDENCIAS

Cacia, 6

Um caso grâve—Ao sr. administrador do concelho

(Retardada)

Nésta freguezia deu-se na quarta-feira p. p. um caso que ia tendo grâves consequencias.

Tres individuos de Sarrazola, o Quintaneiro Grande, o Trovão e outro cujo nome ignorâmos, encontrando nos campos marginaes do Vouga, numa sua propriedade, dois pobres miseraveis, ambos de Vilarinho, désta freguezia, a apanhar uns páus secos para o lume, perseguiram-nos até que agarrando-os, os maltrataram desapiedadamente com pancadas, e, depois de os ferirem gravemente, chegando á requintada malvadez de amarrarem um dêles com uma corda, atirando-o á agua e levando-o a boiar, amarrado a uma bateira, tentando assim dar-lhe uma morte afrontosa e horrivel, o que se evitou, por acudir povo, homens e mulheres, em bateiras, que livraram de morte cruel o pobre desgraçadinho, encharcado de agua gelada tiritando de frio e de dores, a ponto de fazer comover todos quantos presenciaram tão triste espectaculo. Nêsse momento compareceram os cabos de Vilarinho, autoridades locaes, que prenderam os selvagens, livrando-os da ira popular, pois que o povo queria fazer justiça por suas mãos linchando-os (antes o fizéssem), e depois, acompanhados pelos cabos, debaixo de prisão, foram entregues ao sr. regedor, que com grande espanto de todos, lhes deu liberdade, ficando impunes e livres os autores de tão repugnante atentado.

Sr. administrador do concelho de Aveiro, pedem-se providencias!

Justiça, sr. administrador, justiça!

S.

Idem, 12

Angelica Dias Alves

Com a avançada idade de 92 anos, faleceu no logar da Quintã do Loureiro, a avó do ilustre filho daquela terra, o cidadão Manuel Dias Ferreira.

Era presentemente a pessoa mais idosa da freguezia de Cacia, e uma das mais aferradas aos costumes tradicionais. O culto que professava pela independencia pessoal levou-a ao extremo de recusar o abrigo das telhas do filho e netos, preferindo viver isolada no seu tugurio, junto da sua horta e no convivio das suas galinhas.

Apezar da sua avançada idade ainda se deslocava amparada a um cajado, espadelava e amanheava linho e fazia, sem auxilio de ninguem, a cosinha para si propria.

A sua morte foi muito sentida na Quintã, onde era muito estimada, e o seu funeral, pela grande concorrencia de pessoas da freguezia e de fóra dela, revestiu o caracter duma sincera homenagem ás suas preclaras virtudes e inolvidavel memoria.

A seus filhos, e em especial o seu neto Manuel Dias Ferreira, por quem ela tinha particular predilécção, a expressão sincera do nosso pêsame.

C.

Alquerubim, 11

Faleceu ontem nésta freguezia uma menina de 5 anos de edade, neta do sr. João Augusto Henriques de Azevedo, honrado artista.

Ha precisamente 15 dias que lhe faleceu outra menina de 7 anos de edade, irmã da que hoje foi depositada no cemiterio, em jazigo de familia. Estas duas meninas foram nascidas e criadas com os avós. Eram filhas do sr. José Miranda e Mélo, ausente em Africa, e da sr.ª D. Maria Adusinda e Castro. Fica-lhes só um menino, pequenino e muito doente, e vem a morte roubar-lhes duas galantes e robustas meninas, que eram o enlevo de seus pais, de seus tios e de seus avós.

Foi uma cêna lancinante á saída do cadaver da menina para o cemiterio. A mãe, á janéla da casa, que fica ao pé do cemiterio, parecia louca!

O enterro foi muito concorrido, e não houve pessoa que podésse conter as lagrimas ao ouvir tão justificadas queixas duma mãe extremosa, que, na maior afligão, lamentava a perda das suas queridas filhas. Que noticia tão triste para um pae que, cheio de saudades, foi para Africa, a vêr se ganhava fortuna para aquélas filhinhas que a morte arrebatou!

Aos doridos os nossos pêzames.

C.

Descanço nas pharmacias

Mappa das que se encontram abertas nos dias de domingo abaixo designados:

FEVEREIRO

DIAS	PHARMACIAS
19	REIS
23	MOURA

Anuncios

Editos de 40 dias

(1.ª publicação)

Pelo Juizo de Direito désta comarca e cartorio do escrivão do quarto oficio—Flamengo se procéssam e correm seus termos uns autos de acção especial de divorcio em que é autor Manuel Simões Paredes, casado, lavrador, residente no logar e freguezia da Palhaça, désta comarca, e ré sua mulher Rosa Vieira, costureira, do mesmo logar, mas actualmente ausente em parte incerta. A acção é proposta com fundamento nos numeros um e cinco do artigo quarto da Lei de quatro de Novembro de mil novecentos e dez, e para isso o autor alega que é legitimamente casado com a ré, de cujo matrimonio não existe filho algum;

Que a ré, com quem o autor viveu após o casamento apenas um ano, é uma mulher de indignos sentimentos pois que, esquecendo a fé conjugal, começou, passado aquele ano, a entregar-se a um e outros, mantendo relações sexuais com varios individuos, cometendo o adultério com grâve escandalo público;

Que estes factos são públicos e notórios e a tal ponto desceu a ré na consideração de seus conterraneos, que todos a desprezam;

Que a ré, ha mais de tres anos, abandonou por completo o domicilio conjugal, e acaba de desaparecer do logar aonde até ha pouco havia residido, ignorando-se o seu paradeiro, constando e sendo público e notório que éla fugiu para o estrangeiro, em companhia de um de seus muitos amantes, um tal Manuel Martins;

Que nestes termos e no direito deve a presente acção ser julgada procedente e provada, e consequentemente a ré condenáda a vêr decretar o divorcio que o autor solicita, e nos selos, custas e procuradoria.

E em cumprimento do despacho proferido nos autos correm editos de quarenta dias, a contar da segunda e ultima publicação deste no respectivo jornal, chamando e citando a referida ré Rosa Vieira, para na segunda audiencia deste Juizo, posterior ao praso dos editos, vêr acusar ésta citação, e aí marcar-se-lhe o praso legal para a contestação, a seguir até final todos os termos da referida acção constituindo advogado ou escolhendo domicilio na séde da comarca sob pena de revelia.

As audiencias deste Juizo fazem-se todas as segundas e quintas feiras de cada semana não sendo tais dias feriádos, porque, sendo-o, se fazem nos imediátos quando desimpedidos sempre por dez horas, no Tribunal Judicial désta comarca sito na Praça da Republica désta cidade.

Aveiro, 20 de Janeiro de 1913.

Verifiquei

O Juiz de Direito

Regalão

O escrivão do 4.º oficio

João Luis Flamengo.